

FOCUS SOCIAL

REVISTA DE ECONOMIA SOCIAL



Dossiê Direitos Humanos e Cidadania

Entrevista com Célia Sousa, Coordenadora do Centro de Recursos para a Inclusão Digital do Instituto Politécnico de Leiria

**Opinião Alcides Monteiro, Ana Fernandes, Alfredo Bruto da Costa
Elisabeth Santos, Maria João Cantinho**

5€



Nesta edição

NACIONAL

- 6 Entrevista Célia Aguiar de Sousa
- 12 Gala da Inclusão
- 14 Campanha Nacional "A Pobreza Não"...
- 15 VII Fórum Nacional de Combate à Pobreza e Exclusão Social
- 16 Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza
- 19 Rede Portuguesa de Economia Solidária criada em Rio Maior
- 20 Que emprego? O caso das pessoas em situação de sem-abrigo
- 21 Câmara do Porto prepara plano de ação para diminuição de cidadãos sem-abrigo
- 22 Lisboa Capital Europeia do Voluntariado 2015
- 23 Fundação Eugénio de Almeida celebra dia Internacional dos Voluntários
- 26 EAPN Portugal reage ao Relatório Social Nacional
- 29 Plataforma Portuguesa da ONGD: 30 anos em prol do desenvolvimento
- 33 Erradicar a Pobreza: Compromisso para uma Estratégia Nacional
- 37 Breves

OPINIÃO

- 58 Alcides A. Monteiro - Empreendedorismo Social: Inovação ou rendição?
- 61 Maria João Cantinho - O rasgão da nossa história comum
- 63 Alfredo Bruto da Costa
- 66 Elisabeth Santos - As crises e os refugiados
- 68 Ana Isabel Lapa Fernandes - O fenómeno da pobreza na sua dimensão subjetiva

DOSSIÊ

- 80 Breve história dos Direitos Humanos
- 84 Entrevista com o Alto-Comissário para os Direitos Humanos
- 87 Guia para facilitadores: Direitos Humanos e Cidadania
- 100 Refugiados
- 110 Projeto Ser +Cidadão
- 116 Educação para a cidadania: alicerces de uma participação social refletida e empenhada

INTERNACIONAL

- 122 XIV Encontro de pessoas em situação de pobreza
- 124 Agenda Europeia
- 127 Redes jesuítas Internacionais reunidas em Loiola
- 128 Prémio Nobel da Economia
- 131 2016: Ano Internacional das Leguminosas

TANTO MUNDO

134 ÚLTIMA HORA

EDITORIAL



É urgente pensarmos no coletivo e no bem comum da sociedade. O bem comum interessa à vida de todos, exige a prudência da parte de cada um e, mais ainda, da parte dos que exercem a autoridade. Em nome do bem comum, os poderes públicos são obrigados a respeitar os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana. O fundamento e o fim da ordem social é a pessoa humana. Numa convivência humana bem constituída e eficiente, é fundamental o princípio de que cada ser humano é pessoa, isto é, natureza dotada de inteligência e de vontade livre. Por essa razão, possui em si mesmo direitos e deveres, que emanam direta e simultaneamente da sua própria natureza. Trata-se, por conseguinte, de direitos e deveres universais, invioláveis, inalienáveis.

Exige o bem comum que os poderes públicos operem positivamente no intuito de criar condições sociais que possibilitem e favoreçam o exercício dos direitos e o cumprimento dos deveres por parte de todos os cidadãos. Atesta a experiência que, faltando por parte dos poderes públicos uma atuação apropriada com respeito sobretudo nos tempos atuais, as desigualdades entre os cidadãos tendem a exasperar-se cada vez mais, os direitos da pessoa tendem a perder todo seu conteúdo. Uma autêntica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma reta conceção da pessoa humana.

Uma autêntica democracia exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção dos indivíduos através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, mediante a criação de estruturas de participação e co-responsabilidade. De facto, não pode haver verdadeira democracia, se não é reconhecida a dignidade de cada pessoa e não se respeitarem os seus direitos.

A nós, individualmente e, ainda, a nós instituições da sociedade civil, organizações de economia social compete-nos gerar as condições de uma nova solidariedade que contribua para transformar pobres e excluídos, que sofrem discriminação e injustiça, em sujeitos ativos para uma maior democratização da sociedade. A nós compete-nos a prática da solidariedade.

A solidariedade, não entendida como um sentimento de compaixão vaga ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas próximas ou distantes, mas sim como uma determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos.

Compete-nos lutar pela defesa daqueles que são os mais desprotegidos, os mais pobres e excluídos, não devendo adotar uma atitude meramente passiva ou destrutiva do tecido social; mas, embora defendendo os seus direitos legítimos, fazer o que lhes compete para o bem de todos. Compete-nos lutar por uma sociedade mais equitativa e mais inclusiva!

Estou convicto que o aprofundamento da Economia Social poderá estar na origem de um novo modelo social onde se encontre um melhor equilíbrio entre as diferentes formas de organização das nossas sociedades e uma mais sã e profunda governação democrática onde a participação cidadã seja um dos elementos estruturadores da sociedade.

Boas leituras.

Pe. Jardim Moreira

SIGA-NOS NO FACEBOOK
WWW.FACEBOOK.COM/REVISTAFOCUSSOCI

FICHA TÉCNICA

FOCUSSOCIAL - Missão Informativa
Revista semestral | Dezembro de 2015

Director: Agostinho Cesário J. Moreira

Subdirectora: Sandra Araújo

Colaboram nesta edição: Armandina Heleno, Cláudia Albergaria, Elisabeth Santos, Fátima Velga, Graça Costa, Júlio Paiva, Maria José Vicente, Liliana Pinto, Paula Cruz, Paula Duque, Rita Lemos

Fotografia: Carla de Sousa, Egidio Santos, João Paulo Coutinho, João Pinheiro, Rúben Almeida, Sérgio Aires, Sonja Valentina, Tomislav Georgiev/UNICEF

Fotografia Ossilê: Jorge Miguel de Sousa

Capa: fotografia de Indresh Gupta
logotipo de Ricardo Almeida

Design e paginação: //raulplnadesign.pt

Sede e redação:
Rua Costa Cabral, 2368, 4200 - 218 Porto
Tel: +351 225 420 807 / 96 669 85 49
E-mail redação: redacao@focussocial.eu
Site: www.focussocial.eu

Apoio administrativo: Ana Magalhães

Redação: redacao@focussocial.eu

Assinaturas: assinaturas@focussocial.eu

Propriedade: EAPN Portugal

NIF: 502856896

Periodicidade: semestral

Depósito legal: 346152/12

ISSN: 2182-1224

Nº Registo ERC: 126146

Preço: 5€ (assinatura anual 15€)

Tiragem: 5.000 exemplares

Impressão: Sersilto, Empresa gráfica, Lda

Os textos escritos ao abrigo do anterior AO são da responsabilidade dos seus autores.

Todos os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, não coincidindo necessariamente com opinião da direção da EAPN Portugal, promotora deste p editorial.

Os Estatutos Editoriais da Revista FOCUSSOCIAL podem consultados no seu site.



ANA ISABEL LAPA FERNANDES

DOCENTE DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

MEMBRO DA COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DISTRITAL DE BEJA DA EAPN

O fenómeno da pobreza na sua dimensão subjetiva O desvendamento de mundos ocultos

Não é consensual que todas as pessoas “sentem ou vivem” a pobreza da mesma forma. Experimentar a pobreza influencia a vida de quem a vivencia, tornando-se essencial a compreensão deste fenómeno, enquanto expressão dos problemas e necessidades sociais, e como impulso para a procura de estratégias de intervenção social. O conhecimento produzido no estudo da subjetividade da pobreza, demonstra a necessidade de uma sensibilidade que percecionas as diferenças na forma de viver, atribuindo-lhe um contributo para a humanização das respostas sociais.

Pobreza subjetiva e existencial: perspetivas e debates

A pobreza, tradicionalmente relacionada com dimensões materiais e objetivas, associa-se igualmente a um perfil subjetivo que a contempla como ausência de liberdade, desenvolvimento e realização, afetando o Ser Humano na sua globalidade. (cf. Bruto da Costa et al, 2008). Relegar para segundo plano estas dimensões, comporta o risco de serem ignorados aspetos relevantes do problema.

A multiplicidade de interpretações sobre o conceito de pobreza, pode constituir um importante auxílio para completar olhares sobre o fenómeno. Numa posição antagónica, esta diversidade, contribuiu para a existência de equívocos, interpretações simplistas ou que reduzem a aspetos marginais uma análise que se quer profunda. Ao vivermos e fazermos parte da pobreza, parece que se conhece tanto e em simultâneo tão pouco sobre ela. (cf. Bruto da Costa et al, 2008).

De entre os vários horizontes conceptuais sobre a definição de pobreza, importa aqui realçá-la como uma situação existencial, mediante a qual são consideradas não apenas necessidades materiais, mas dimensões do foro psicológico, social, cultural, cuja insatisfação produz repercussões em aspetos como a personalidade, a relação com os outros e com a sociedade em geral.

Ao associar-se à vida social, a pobreza tem como uma das causas mais visíveis a quebra da ligação com o mundo do trabalho. A rutura com este importante elo estruturador da vida do Homem, torna visível como consequência imediata a perda de rendimentos, mas não se detém por aí.

Simboliza o início de sérias privações, incluindo a dimensão existencial do “ser pessoa” ao influenciar a perda de auto-estima, afetar as relações sociais do sujeito, exist...

das pessoas na vida das comunidades. O começo de um percurso social descendente encontra explicação em boa parte nestes fatores.

Há que acautelar a utilização de termos como pobreza relativa ou pobreza absoluta, se os mesmos forem utilizados numa tentativa de atenuar a gravidade do fenómeno ao relativizá-lo. São por isso de repensar, as visões que pretendam constatar a dimensão subjetiva e existencial da pobreza como formas de ser pobre “relativamente”, pois que ser pobre implica muito mais do que viver abaixo de um determinado rendimento, convencionado por esta ou aquela sociedade como mínimo.

Parte-se aqui do pressuposto que a pobreza não se constitui como um problema individual, mas sim de índole estrutural inscrito em contextos sócio-históricos, que se constituem como variáveis imprescindíveis para o seu entendimento.

A maioria das análises sobre a pobreza partem essencialmente de critérios convencionados que deixam a descoberto dimensões mais subjetivas, não podendo este fenómeno reduzir-se “... a uma realidade meramente financeira. A falta de rendimentos conduz à situação em que as necessidades básicas não podem ser satisfeitas, o que por sua vez, cria uma situação existencial que atinge os mais diversos e profundos aspectos da vida e da personalidade humanas.” (Bruto da Costa et al, 2008, p.30).

Trata-se, por isso, de uma situação de oportunidades desiguais de acesso a áreas como a educação, habitação, saúde, trabalho, segurança social, que confinam importantes sistemas de Política Social. A pobreza revela-se de índole societária, enquanto problema social inscrito em contextos sócio-históricos, que colocam determinados indivíduos em situação de vantagem.

O significado de ser pobre

A forma como a pobreza é vivenciada, pode encontrar relação na própria conceção que o tecido social produz sobre o que é este fenómeno.

As representações sobre a pobreza, parecem oscilar entre a imputação da responsabilidade às pessoas que se categorizam como “pobres porque querem” ou consideram que este é um fenómeno da responsabilidade do Estado. Deste modo, é “...antiga...a controvérsia... (sobre) a solução adequada para o pauperismo entre o laissez faire no mercado e a instituição de um novo modelo social capaz de alcançar o objetivo de acabar com a pobreza (Correia, 2005, p.18)”. (Correia, 2005, p.18)

Da análise às várias crenças associadas à pobreza, encontra-se muitas vezes expressa a sua relação com episódios de sorte ou azar na vida dos indivíduos. Os menos afortunados, neste caso os pobres, seriam assolados por diversos episódios de infortúnio, descurando-se os fatores de vulnerabilidade que expõem diversos indivíduos às situações de pobreza e as razões que conduzem a que umas pessoas consigam superar estes episódios e outras não disponham de meios para o fazer.

A pobreza, surge também associada a uma representação do pobre como alguém preguiçoso ou com falta de iniciativa, fazendo crer que as pessoas são pobres por falta de investimento ou vontade de trabalhar. Esta crença, não considera os mecanismos que geram as desigualdades de oportunidades no mundo do trabalho e aos níveis de remuneração justos.

Por fim, uma outra das crenças sobre a pobreza, tende a associá-la à cultura e estilos de vida das pessoas, ao acreditar-se que "...pobres sempre haverá...indo ao ponto de pensar que os pobres gostam da sua pobreza...são assim...estão habituados." (Silva, 1990, p.138).

A coexistência de mentalidades que entendem o fim da pobreza como uma meta a alcançar e, por antítese, a convivência quase que "natural" com este fenómeno, são contradições que convivem a par e passo em muitas sociedades.

A pobreza existencial e a forma como é vivida, encontra explicação num ciclo e reprodução da pobreza que coloca uns em situação de maior vantagem em relação a outros. Tal facto, ultrapassa de todo patamares de índole material, ao contemplar dimensões como a pertença a uma comunidade social e economicamente desfavorecida, ser portador de deficiência, ter problemas com o alojamento ou não possuir uma habitação, ter um percurso de insucesso ou abandono escolar, possuir fracas qualificações académicas e profissionais, pertencer a uma família com recursos insuficientes, viver em situação de precariedade laboral ou estar desempregado, ser alvo de discriminação ou racismo e/ou ser alvo de estigma social. (Capucha, 2005).

Encontra-se em causa uma justa socialização /repartição da riqueza e a existência de oportunidades dignas para todos os cidadãos. A pobreza encontra-se, efetivamente, todos os cidadãos. A pobreza encontra-se em diversas dimensões subjetivas, mais uma vez, a aproximação a uma não cidadania, pois que persistem "...zonas habitadas onde não chegam os serviços sociais, as crianças e as famílias continuam a ser as grandes protagonistas dos cuidados dos mais fracos, possuir ou não uma habitação é um elemento chave de inclusão/exclusão e a vulnerabilidade perante determinados processos

(envelhecimento, doença, falta de trabalho...) e acontecimentos (separações, viuvez) é maior, o pertencer ou não a uma determinada classe da população ou a um circuito clientelar é um elemento diferencial para poder sair da marginalização." (Estivil, 2000: 122)

Deste modo, o papel supletivo, pontual e pouco relevante do mercado na cobertura das necessidades sociais reduz, quase sempre, o protagonismo do mercado a áreas que se afiguram como rentáveis, como a prestação de serviços a crianças e sobretudo a pessoas idosas. Estes são elementos que conduzem à noção de sociedade - providência que nasce, em boa parte, associada à necessidade de intervenção nas desigualdades geradas pelo mercado e perante uma progressiva desresponsabilização do Estado perante as mesmas.

As grandes contradições e desigualdades da sociedade contemporânea, compõem os múltiplos fatores implicados no nível subjetivo e existencial da pobreza. Ser pobre implica viver uma experiência impregnada de heterogeneidade, nem sempre passível de ser entendida na sua plenitude, mas que importa ser refletida.

A pobreza traduz-se como uma experiência humana e social, tratando-se de um fenómeno que o Ser Humano vivencia em sociedade, não se submetendo a condutas lógicas e puramente racionais.

Embora estas condutas não sejam necessariamente instáveis, a trajetória humana da experiência da pobreza pode considerar-se como uma combinação de várias lógicas de ação, sendo que "A experiência social forma-se no caso em que a representação clássica da "sociedade" já não é adequada, no caso em que os actores são obrigados a gerir simultaneamente várias lógicas de ação, que remetem para diversas lógicas do sistema social..." (Dubet, 1994, p.94).

Não existe uma única lógica para agir, viver a experiência social da pobreza. Não existe uma forma única ou recomendável, mas sim gerada pela atitude dos sujeitos. Uma primeira aproximação ao significado desta experiência pode traduzi-la como algo pessoal e subjetivo, um segundo patamar encaminha-nos para o "vivido", sendo este por si ambíguo e ambivalente, quase irracional, e ao mesmo tempo espelho de uma consciência individual das vivências em sociedade. Outra significação da experiência social da pobreza, situa-a no patamar da atividade cognitiva de apreensão do real, capaz de construir uma determinada interpretação do mundo. (cf. Dubet, 1994).

O princípio da subjetivação centra-se no que é do sujeito, na sua autenticidade, no relato da sua experiência dentro do conjunto de "experiências" sobre a pobreza. A valorização da subjetividade surge como a possibilidade

de reconstruir o alcance objetivo de uma consciência individual, de grupo ou de época. A pobreza narrada do ponto de vista de quem a vivencia, implica um conjunto de "...memórias...selectivas e afectivas, não constituindo um registo neutro que evocam." (Pais,2001:107).

A análise da pobreza por este prisma, configura-se pela necessidade de identificar processos pessoais e sociais, no quadro do carácter dinâmico e processual da exclusão social. Considera-se a reorientação para a criação de Políticas Sociais que visem populações particulares e zonas sociais específicas, enquanto "...novas estratégias de gestão da pobreza e da exclusão social, distintas das políticas categoriais do Estado – Providência e assentes na categorização sistemática de públicos..." (Branco, 2001, p.8).

O sentido que as pessoas pobres conferem à sua situação, pode em parte ser construído através de um processo de desqualificação social, produzido pela "etiquetagem" atribuída ao estatuto de pobre, conduzindo a posições de recusa, interiorização ou negociação desse estatuto. (cf. Paugam, 2003).

Por outro, lado ser pobre pode relacionar-se com elementos sócio – históricos e culturais que revestem a pobreza de uma dimensão simbólica, integrante da (re) construção da identidade de quem a vive, assumindo-se como a ténue fronteira entre estar integrado ou estar excluído. (cf. Capucha, 2005).

Captar outros sentidos da pobreza, implica considerar dimensões de análise sobre a sua incidência, intensidade e severidade. É por isso necessário considerar os fatores de vulnerabilidade, que expõem determinados indivíduos à pobreza e compreender as razões que conduzem uns a superar a sua situação de pobreza, enquanto que outros não dispõem de meios necessários para o fazer.

O contacto com as vidas "vivas" dos pobres na primeira pessoa, é por isso fonte de desafios para quem os partilha e para quem os pretende retratar e interpretar. É o desvendamento de mundos por vezes ocultos. •

TERTÚLIA

Escreva os resultados do projeto da EAPN Portugal

Bem-me-Quer, Mal-me-Quer

O Impacto das Representações Sociais na Luta
Contra a Pobreza em Portugal



© Jorge Arca

26 de Fevereiro de 2016

14.30h

Auditório da Biblioteca Municipal Florbela Espanca
Rua de Alfredo Cunha, Matosinhos.

INSCRIÇÃO GRATUITA

Até dia 19 de fevereiro: porio@eapn.pt ou 222 086 061.



Referências

- Fernandes, A. (2013). *Visões da Pobreza na Primeira Pessoa: Contributos para o Entendimento do Fenómeno da Pobreza na Cidade de Beja*. Veritati, Repositório Online, Faculdade de Ciências Humanas - Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, publicação online in <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/11581>.
- Alves, N. (2011). Reflexões sobre o Problema da Pobreza em Portugal. *Brotéria Cristianismo e Cultura*, Vol. 172, pp. 45-51.
- Branco, F. (2001). *A Face Lunar dos Direitos Sociais*. Tese de Doutoramento em Serviço Social: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.
- Branco, F. (1996). *A Nova Centralidade dos Direitos Sociais e os Desafios à Formação e Intervenção em Serviço Social*. *Intervenção Social* nº 13/14, pp.41-53.
- Bruto da Costa, A. (coord.) et al (2008). *Um Olhar Sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta Editora.
- Carmo, R. (2010). *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, disponível em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.pt>.
- Dubet, F. (1994). *Sociologia da Experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Estivil, J. (2000). *Uma Perspectiva desde o Sul: Cores Diferentes para um Mesmo Mosaico Europeu*. Comunicação apresentada no Seminário "Políticas e Instrumentos de Combate à Pobreza da União Europeia: a garantia de um Rendimento Mínimo", organizada pela Presidência da União Europeia.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (2001), Lisboa/Rio de Janeiro: Página Editora.
- Margado, M. V. (1996). *Direitos Sociais e Acção Social - breve reflexão e ponderação do seu contributo no combate e prevenção da exclusão social*. Lisboa: Direcção Geral da Acção Social - Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.
- Pais, J. M. (2001). *Ganchos, Tachos e Biscates*. Porto: Âmbar.
- Paugam, S. (2003). *A Desqualificação Social - Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora (Trabalho original em francês publicado em 1991).
- Pereira, P. (2002). *Necessidades Humanas - Para uma crítica a los patrones de sobrevivência*. São Paulo: Cortez Editora. (Trabalho original em português publicado em 2000).
- Silva, M. (1990). *Uma reflexão sobre a Pobreza em Portugal* in *Os pobres na Bíblia e na Vida de Hoje*. Lisboa: Difusora Bíblica.
- Xiberras, M. (1993). *As Teorias da Exclusão*. Lisboa: Publicações Instituto Piaget.